

— O senhor não fica constrangido de submeter o calendário de votação da reeleição para impedir que o governo trabalhe pela candidatura do seu adversário do PFL, senador Antônio Carlos Magalhães (BA)?

— Não. O problema é que antes o calendário era o do PFL. O PSDB já tem o presidente da República, o PFL o vice-presidente, e o PMDB, para não ser sugado, não pode abrir mão das presidências da Câmara e do Senado. Com a mesma naturalidade com que forças que apoiam o governo na Câmara, estabeleceram cronograma para votação, estimulando a candidatura do senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL, o PMDB exige dos seus deputados que só aprovelem a reeleição após as eleições das duas mesas, no dia 4 de fevereiro. Se o cronograma do PFL não merecia crítica, por que o nosso será considerado um cavalo de batalha?

— Mas essa estratégia de condicionar a aprovação da reeleição não afasta o governo da sua candidatura?

— Não acredito que um atraso de 15 dias, mude o destino da emenda da reeleição. Não existe argumentação que justifique radicalismo na data da votação.

— Mas quem garante que o PMDB, depois de eleger os presidentes da Câmara e do Senado, vai aprovar a emenda da reeleição?

— O PMDB vai garantir a aprovação da reeleição do presidente Fernando Henrique se o governo permanecer equidistante da disputa. O partido não terá justificativa se não aprovar a emenda. Mas se houver interferência, a tendência do PMDB é rejeitar a emenda, para sobreviver.

— Mas isso não é uma contradição, já que a convenção nacional do PMDB recomendou voto contra a reeleição?

— Desde que a convenção foi convocada, os votos contrários sempre existiram. Quem era a favor continua na sua posição, da mesma forma quem é contra. Acredito que a maioria dos parla-

mentares continue a favor da emenda da reeleição, tanto na Câmara quanto no Senado.

— Para evitar confronto com o governo, não seria aceitável votar o primeiro turno agora, e deixar o segundo para janeiro?

— É muito ruim para o deputado votar de um jeito no primeiro turno e de outro no segundo. Por isso, estou certo de que o PMDB não vai participar da votação na próxima quarta-feira.

— É o caso de entregar os cargos?

— Isso não é problema nosso. No momento, que o presidente entender que deve substituir meus indicados em Goiás, poderá fazê-lo sem qualquer arranhão no nosso relacionamento.

— O senhor sempre ajudou o presidente Fernando Henrique como presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Estava esperando retribuição?

— Sempre ajudei o presidente, e nossos desencontros de hoje são normais. O restabelecimento da normalidade das relações do governo com o PMDB vai depender da competência das partes envolvidas: governo e PMDB.

— E o PSDB, como anda a conquista de votos no partido do presidente?

— Espero que o PSDB mantenha seus senadores liberados para que votem segundo suas convicções. Mas que os ministros continuem interferindo na disputa, isso eles continuam. Mas o presidente Fernando Henrique, não. E sabe porquê? Sou o melhor para o governo, do que o candidato do PFL.

— E sua plataforma?

— Será o resultado de profundas discussões. Posteriormente, à eleição buscarei a contribuição de todos os senadores para a elaboração de um projeto de trabalho que sintetize a vontade dos senadores, e as necessidades do Senado.

— O senhor acredita que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) apoia a sua candidatura?

— É o meu maior cabo eleitoral.